

Um orçamento bem esquematizado para 1987

Ao comentarmos, na semana passada, o noticiário sobre a elaboração do orçamento da União para 1987, observamos que era essencial que a peça transmitisse uma imagem de austeridade nos gastos do governo. Aquela altura, isso parecia que não iria ocorrer, pois os técnicos da Secretaria do Planejamento da Presidência da República (Sepian) previam um déficit, medido como necessidade de financiamento do setor público em cruzeiros, da ordem de CZ\$ 150 bilhões, correspondendo a mais de 4% do PIB. Em termos nominais, significaria um déficit aproximadamente igual ao deste ano, evidenciando a incapacidade do governo de conter as suas despesas.

Verifica-se, porém, que acabou predominando a corrente dentro do governo que preconizava cortes mais fundos: a proposta orçamentária enviada pelo presidente José Sarney ao Congresso, na última segunda-feira, prevê um déficit de CZ\$ 95,4 bilhões, ou 2,5% do PIB. Trata-se de uma considerável melhoria, não só em

relação a este exercício mas também a 1985, cuja proposta orçamentária foi elaborada no ano anterior, ainda no governo Figueiredo (efetivamente, o déficit em 1985 correspondeu a 3,2% do PIB).

O orçamento proposto vai ser criticado certamente por ter sido elaborado com base em uma perspectiva de inflação zero, o que alguns interpretam como significando que o congelamento de preços prevalecerá também durante todo o ano de 1987. Antes de mais nada, é preciso considerar que habitualmente as propostas orçamentárias no Brasil são baseadas numa subestimativa da inflação, e o atual governo não fugiu à regra. Naturalmente, se o governo trabalhasse com uma inflação da ordem de 10 a 15% ao ano, o orçamento pareceria mais realista, mas corria-se o risco de sinalizar uma taxa à qual, seguramente, os especuladores contumazes acrescentariam alguns pontos.

A questão assume outro contorno em face das declarações do ministro do Planejamento, João Sayad, segundo as quais os au-

mentos de arrecadação em decorrência da inflação serão esterilizados, ou seja, o déficit efetivo, na execução orçamentária, pode até ser inferior a 2,5% do produto real. Aparentemente, isso seria inviável em virtude da necessidade de reajustar os vencimentos dos servidores civis e militares da União. O fato é que os funcionários públicos federais tiveram aumento de 89,35% em janeiro deste ano e foram novamente reajustados em função do Plano Cruzado. Se o governo resolver conceder-lhes reajuste no início do ano que vem, a elevação das despesas não seria tão grande assim, não se devendo esquecer que milhares de funcionários são desligados anualmente do serviço público federal, o que, combinado com a reforma administrativa que vem aí, deve tornar mais fácil absorver esses gastos eventuais.

Para o setor privado, o que é mais importante ressaltar é que o orçamento para o exercício de 1987, apesar dos cortes, não é recessivo, sendo perfeitamente compatível com um crescimento

econômico de 7%. Outro dado relevante é o total previsto de colocação de novos títulos no mercado, estimado em CZ\$ 20 bilhões (o restante do déficit seria financiado com emissão de moeda e com as sobras do exercício findo, calculadas em CZ\$ 60 bilhões). O endividamento interno deverá crescer, portanto, apenas 5,5%, não justificando uma política de juros elevados.

Tendo sido bem esquematizada a proposta orçamentária, o desafio dos atuais responsáveis pela condução da política econômica é fazer com que ela seja cumprida com um mínimo de desvios. O orçamento de 1986, deve-se lembrar, foi elaborado por uma equipe econômica, no poder até o final de agosto de 1985, que obedecia a uma diferente orientação. Isso constituiu a fundamentação para remendos posteriores, como o "pacote" fiscal do final do ano passado. Esse não é agora o caso, sendo útil ter em mente que, com a criação da Secretaria do Tesouro, se presume que os gastos da União serão mais bem disciplinados.